

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-7>



## O PERIURBANO NA FLORESTA

Estudo da microrrede de comunidades tradicionais na região insular de  
Abaetetuba/PA

## THE PERIURBAN IN THE FOREST

Study of the microrrede of traditional communities in the insular region of  
Abaetetuba/PA

## PERIURBANO EN LA FLORESTA

Estudio de la microrred de comunidades tradicionales en la region insular de  
Abaetetuba/PA

Fernanda Manuela Carvalho da Silva Santos<sup>1</sup>

Ana Cláudia Duarte Cardoso<sup>2</sup>

Kamila Diniz Oliveira<sup>3</sup>

### RESUMO

Cidades não são a principal manifestação do urbano amazônico; elas são nós de microrredes de localidades, vilas e comunidades, articuladas entre rios e florestas. No entanto, o processo de integração da Amazônia ao restante do país introduziu uma nova concepção territorial baseada na dicotomia urbano-rural. Este artigo caracteriza microrredes circunscritas ao periurbano de Belém, como uma camada que resiste às extrapolações da lógica metropolitana para além dos limites da cidade, por meio de um tecido urbano extensivo que instrumentaliza a lógica urbano industrial. Estudo de caso da microrrede de comunidades ribeirinhas e quilombolas das ilhas Xingu e Capim, na região insular de Abaetetuba (PA), apresenta o periurbano estendido amazônico em coexistências múltiplas e revela ameaças à manutenção do seu modo de vida e de direitos territoriais. Os dados coletados através de entrevistas, observação participativa, croquis, registros fotográficos e documentação oficial organizam a representação de gradientes de urbanização, considerando fluxos de interação das comunidades entre si, com Abaetetuba e Belém. Demonstra-se que diferentes modos de vida, de produção e de apropriação do espaço fazem a transição entre urbano e rural, segundo uma lógica de apropriação do território e estruturada por microrredes que se caracterizam como um urbano nativo próprio da Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** urbanização amazônica, periurbano estendido, microrrede, comunidades amazônicas.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará | <https://orcid.org/0009-0005-3121-7530> | [frndasantos@gmail.com](mailto:frndasantos@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pará | <https://orcid.org/0000-0002-1866-453X>, [acardoso@ufpa.br](mailto:acardoso@ufpa.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal do Pará | <https://orcid.org/0000-0002-1931-518X>, [kamiladinizoliveira@gmail.com](mailto:kamiladinizoliveira@gmail.com)

## ABSTRACT

Cities are not the main manifestation of urban Amazonian; they are nodes of micro-networks of localities, towns and communities, articulated between rivers and forests. However, the process of integration of the Amazon to the rest of the country introduced a new territorial conception based on the urban-rural dichotomy. This article characterizes microrredes circumscribed to the periurban of Belém, as a layer that resists the extrapolations of the metropolitan logic beyond the city limits, through an extensive urban fabric that instrumentalizes the industrial urban logic. Case study of the micro-network of riparian and quilombola communities in the Xingu and Capim islands, in the island region of Abaetetuba (PA), presents the extended periurban Amazonian in multiple coexistences and reveals threats to the maintenance of their way of life and territorial rights. The data collected through interviews, participatory observation, sketches, photographic records and official documentation organize the representation of urbanization gradients, considering interaction flows between communities, with Abaetetuba and Belém. It is shown that different modes of life, production and appropriation of space make the transition between urban and rural, according to a logic of territory appropriation and structured by micro-networks that are characterized as an urban native of the Amazon.

**KEYWORDS:** Amazon urbanization, extended periurban, microrrede, Amazonian communities.

## RESUMEN

Las ciudades no son la principal manifestación del urbano amazónico; son nosotros de microrredes de localidades, pueblos y comunidades, articuladas entre ríos y bosques. Sin embargo, el proceso de integración de la Amazonía al resto del país ha introducido una nueva concepción territorial basada en la dicotomía urbano-rural. Este artículo caracteriza microrredes circunscritas al periurbano de Belém, como una capa que resiste las extrapolaciones de la lógica metropolitana más allá de los límites de la ciudad, por medio de un tejido urbano extenso que instrumentaliza la lógica urbana industrial. Estudio de caso de la microrred de comunidades ribeirinhas y quilombolas de las islas Xingu y Capim, en la región insular de Abaetetuba (PA), presenta el periurbano extendido amazónico en múltiples coexistencias y revela amenazas al mantenimiento de su modo de vida y derechos territoriales. Los datos recogidos a través de entrevistas, observación participativa, croquis, registros fotográficos y documentación oficial organizan la representación de gradientes de urbanización, considerando flujos de interacción entre las comunidades, con Abaetetuba y Belém. Se demuestra que diferentes modos de vida, de producción y de apropiación del espacio hacen la transición entre urbano y rural, según una lógica de apropiación del territorio y estructurada por microrredes que se caracterizan como un urbano nativo propio de la Amazonía.

**PALABRAS CLAVE:** urbanización amazónica, periurbano extendido, microrred, comunidades amazónicas.

## 1 INTRODUÇÃO

Em seu discurso na premiação do Nobel de Literatura de 1982, Gabriel García Márquez falou sobre a solidão da América Latina, em uma analogia à realidade dos países latino-americanos que foram colonizados e explorados pela Europa e ainda enfrentam dificuldades advindas desses processos históricos. O autor destacou que “a interpretação da nossa realidade a partir de esquemas alheios só contribui para tornar-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários”. Na Amazônia, território explorado desde o período colonial, a imposição de sistemas de produção advindos da Europa foi prejudicial à floresta e aqueles que aqui já habitavam; processo que tem se perpetuado nos dias atuais, onde a cosmovisão capitalista invisibiliza e torna desconhecido um modo de vida secular.

No contexto de emergência climática, é essencial conhecer resistências que sobrevivem apesar das desigualdades e injustiças ambientais e usar o passado para guiar o futuro. Há previsão de que secas extremas atingirão a Amazônia e afetarão as comunidades tradicionais, que já são afetadas pelas desigualdades acumuladas historicamente (IPCC, 2023). Soluções para evitar ou amenizar a crise climática - e outras crises atuais - oriundas de outros contextos, reeditam a colonialidade, enquanto há repertório adaptado para ser mobilizado, acumulado por séculos em memórias e maneiras de promover a regeneração socioecológica da Amazônia, mas que vem sendo apagado por ação de grandes projetos públicos e privados (Cardoso, 2024).

Neste sentido, o avanço da investigação sobre o urbano amazônico contemporâneo resultou na constatação de que as cidades não são a principal manifestação da vida urbana na região, mas que, historicamente, elas teriam sido apoiadas por micro redes de localidades, vilas ou comunidades (Pinho, 2012; Cardoso et al, 2015; Cardoso, 2021b). Nestas micro redes, a diversidade de pequenos assentamentos se relaciona entre si e com as cidades, que constituem os maiores mercados para os produtos que são provenientes da floresta circundante (a partir da articulação entre rios, vilas e cidades, roça e floresta), habitada e produzida por pessoas (Corrêa, 1988; Neves, 2022).

Este processo de produção e reprodução da vida na região, sofreu uma ruptura após a integração da Amazônia ao resto do país e da nova concepção territorial desenvolvimentista, baseada nas dicotomias cidade e campo, urbano e rural e cidade e

natureza (Cardoso, 2021a). A exploração de recursos da terra pressupunha a floresta morta, mudanças nas formas de trabalho do extrativismo para o assalariamento, e a movimentação da população de seus territórios, liberados para os novos usos, para as periferias das cidades, como ocorreu em Abaetetuba.

O município de Abaetetuba está localizado na desembocadura do Rio Capim, parte da grande área estuarina do Rio Amazonas e vizinho a Barcarena, município que recebeu indústrias de beneficiamento de bauxita, e logística de transporte como parte do Projeto Grande Carajás, nos anos 1980. A ocupação da área pelo colonizador português remonta a 1635, com a fundação do distrito de Beja (Abaetetuba), sobre terra indígena, em razão da exploração de especiarias de valor comercial na Europa. Desde a sua origem, a área se constituiu como território de grupos sociais indígenas, ribeirinhos e quilombolas, que viviam em seus territórios manejando os recursos do rio e da floresta. Com o Projeto Grande Carajás, a partir do ano de 1982, as estruturas voltadas para o beneficiamento da bauxita implantadas em Barcarena (plantas industriais, mineroduto, portos, estradas, *company town*), provocaram fluxos migratórios para Abaetetuba, devido à proximidade entre as cidades. O município sofreu impactos socioeconômicos e espaciais, visto que recebia pessoas que não conseguiam se posicionar em Barcarena, e encontravam condições de moradia mais acessíveis em Abaetetuba.

Com o avanço do agronegócio, e da logística para exportação, mais um porto da Cargill foi planejado, para a Ilha do Capim, afetando o território ocupado por formas nativas de apropriação da terra (Furtado, Oliveira Neto, 2019) e ilustrando a disputa entre atividades de exportação e usos que dependem do manejo de rios e florestas. Em busca da caracterização do padrão de ocupação das áreas de ocupação de várzea, que no passado consistiam em espaços de abundância, e passam a sofrer grande pressão, por contaminação e por conversão de uso, esta pesquisa tem por objetivo caracterizar a espacialidade dos processos de transformação e resistência observados nas áreas vegetadas, mas habitadas, entre cidades e vilas, a partir de relatos, imagens e documentação sobre as subdivisões ou conversões de uso.

O estudo considera escalas (municipal, regional, metropolitana) e léxicos espaciais locais, e assume a interseccionalidade e descolonização do conhecimento como suportes teóricos, em busca de modos para se pensar futuros, a partir dos repertórios espaciais que

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-7>



sempre funcionaram na região (Cardoso, 2021).

## 2 MÉTODO

O percurso metodológico partiu de revisão bibliográfica acerca das condições históricas de ocupação e formação socioespacial da Amazônia, assim como do município de Abaetetuba, com foco nas localidades trabalhadas na presente pesquisa - as Ilhas do Capim e do Xingu, com auxílio das entrevistas e dos relatórios de campo elaborados pela doutoranda Kamila Diniz de Oliveira. A revisão de literatura cobriu estudos decoloniais, literatura sobre sustentabilidade, sobre a resistência dos povos da floresta amazônica, abordagens dos campos do urbanismo, da morfologia e do planejamento urbano, e informações sobre mudanças climáticas, para a construção de referencial teórico.

A revisão foi complementada por pesquisa de campo realizada pelas autoras Fernanda e Kamila, além de Luana Castro e Bárbara Baleixe, doutorandas do PPGAU - UFPA, a pesquisadora Giselle Pinho, em pós-doutorado, e a bolsista Pibic Giuliana Moraes, todo o grupo orientado pela professora Ana Claudia Cardoso. As atividades ocorreram em dois períodos, entre 11 e 16 de outubro de 2023, e entre 20 a 22 de março de 2024, em comunidades da Ilha do Xingu (PAE Santo Afonso) e da Ilha do Capim (PAE Santo Antônio II), em Abaetetuba, no estado do Pará. Foi possível registrar os padrões de ocupação das comunidades visitadas e as múltiplas maneiras de viver e de resistir na localidade, por meio de entrevistas com os moradores, fotos, vídeos, áudios, mídias diversas capturadas por voos de drone e a elaboração de uma cartografia social em conjunto com a comunidade. Nesse contexto, a cartografia social, a partir da troca de conhecimentos e da manutenção da resistência desses povos, é uma estratégia para demonstrar como os habitantes se reconhecem dentro de seu território, além de ser um grande auxílio frente às ameaças territoriais existentes.

As visitas de campo às comunidades das Ilhas do Xingu e do Capim, permitiram que parte do trabalho se configurasse em uma pesquisa participante ou pesquisa ação – o estudo e análise científica de uma situação, na qual os envolvidos na investigação são parte importante do processo, e o conhecimento produzido em conjunto seguirá para as possíveis soluções dos problemas priorizados (Lewin, 1978). A pesquisa teve foco na realidade cotidiana e no diálogo com a comunidade, que destacou a invisibilização e

descredibilização das comunidades e do seu modo de viver e ocupar o território pelos atores políticos e econômicos. O registro reforça a importância da forma de ocupar o território e habitar amazônico, e seu retorno para a comunidade auxilia a tomada de decisão e expressa a gratidão pela acolhida, em especial de Dona Maria.

O levantamento de campo investigou: a) como os habitantes locais se organizam, entendem e ocupam seu território; b) as dinâmicas e conexões entre os moradores; e c) as necessidades e dificuldades encontradas para a manutenção da vida na localidade. A observação e caracterização dos léxicos espaciais revela o padrão territorial existente e a relação desses povos com a floresta e o rio, que segue o padrão já registrado em outras localidades (nas ilhas de Belém, em comunidades do Baixo Tocantins e de Afuá), em que o entorno mais próximo das casas é formado por quintal onde as famílias realizam diversas tarefas - plantio de açaí, roçado, criação de animais, pesca, dentre outras atividades de subsistência -, demonstrando, na prática, o padrão de ocupação rio-várzea-floresta proposto por Loureiro (2014), além da articulação entre tais vilas e os rios. A pesquisa de campo também possibilitou o reconhecimento de uma microrrede de relações entre as comunidades analisadas e a cidade de Abaetetuba. Por fim, as análises morfológicas dos arranjos espaciais identificaram o repertório espacial local, compreendido pelo ato do desenho.

### 3 FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO

A compreensão da formação socioespacial amazônica e do próprio município de Abaetetuba são estruturantes para a pesquisa. Ou compreender a Amazônia a partir de diversos processos históricos e de múltiplas e sucessivas colonizações e reconhecê-la como um espaço de múltiplos saberes, onde coexistem duas lógicas distintas de ocupação do território. A primeira lógica é tradicional, ligada aos rios, ao extrativismo e à pesca para subsistência; a segunda está relacionada à logística de transporte e à exploração de recursos naturais. Estas lógicas se sobrepõem e disputam o território (Cardoso, 2021a).

A chegada dos colonizadores trouxe consigo uma visão da floresta como ambiente “vazio”, onde recursos naturais são explorados e exportados. Tal prática atravessou diversos períodos, visando, principalmente, o desenvolvimento da economia brasileira. Todavia, a ocupação nas áreas de várzea na Amazônia é anterior à chegada dos europeus

(Heckenberger et al., 2008), e a ajuda dos indígenas viabilizou a exploração da floresta pelo colonizador Português, baseada no extrativismo de coleta - inicialmente mediada pelas missões religiosas. O conhecimento dos povos nativos, e o relacionamento com o rio e a floresta foram parte fundamental do processo de formação da cidade colonial sobre aldeamentos indígenas. Essa interdependência histórica entre urbano, cidade e floresta foi quebrada pela colonização do século XX.

Ciclos de exploração de produtos se sucederam desde o período colonial até as políticas desenvolvimentistas dos militares na década de 1960; e não levaram em consideração o desenvolvimento das localidades exploradas e de suas populações, causando prejuízos sociais e ambientais. A partir da década de 1970, a construção de grandes vias e rodovias integrou e viabilizou a exploração da Amazônia brasileira, em apoio à industrialização do centro sul do país, além de destiná-la a abrigar excedentes populacionais por meio de migração dirigida (Becker, 1990).

O projeto de integração da Amazônia visava a exploração econômica de uma região considerada vazia pelo governo brasileiro (Loureiro, 2022). As políticas envolviam a construção e expansão de rodovias, de usinas hidrelétricas e exploração dos recursos naturais, em especial por meio da mineração, crescimento da agropecuária e outras obras de infraestrutura, a exemplo do Projeto Grande Carajás – que abrangia a extração e beneficiamento mineral (ferro, bauxita, cobre, etc.), e produção agrícola e de energia.

Todas essas transformações eram desarticuladas das questões socioambientais da Amazônia, e desconsideravam os povos que já viviam na região, com suas próprias maneiras de compreender o espaço e modo de viver distinto da cosmovisão capitalista. O desenvolvimentismo capitalista instaurou a dicotomia urbano-rural, inadequada para compreender o contexto amazônico.

Ocorreu a imposição de uma nova realidade e lógica de ocupação no território, que negava modos de vida e saberes originários, degrada a natureza (Gomes et al, 2017), provoca transformações ligadas nos ciclos produtivos, e gera grandes impactos nas comunidades locais, tais como a contaminação da água e do solo, pressão pela mudança de uso da terra, desvalorização de saberes e omissões governamentais. E povos das florestas existiam e resistiam, o modo de vida tradicional se manteve e ainda se mantém vivo apesar da intensificação de diversas ameaças e dos diversos prejuízos que a lógica



capitalista proporciona para essas populações.

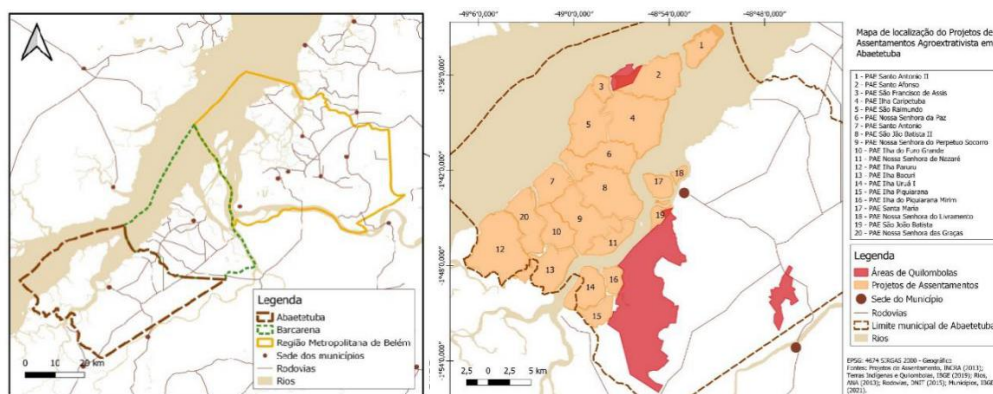
### 3.1. O estudo de caso

O município de Abaetetuba está localizado na região do Baixo Tocantins, na desembocadura do Rio Capim, estuário do Rio Amazonas. Situado a 120km da capital Belém, o município possui 158.888 habitantes distribuídos em zonas rurais e urbanas, em uma área total de 1.610,654km<sup>2</sup> (IBGE, 2022) (ver figura 1). Inicialmente chamado de Beja, o território de Abaeté era ocupado por indígenas do povo Motiguara, nômades de origem marajoara que viviam do manejo dos recursos do rio e da floresta. Por volta do ano de 1635, o território foi aldeado por padres capuchinhos para fins exploratórios. No decorrer de diversos processos de formação do território, Beja foi incorporada pela capital Abaeté e, posteriormente, tornou-se a cidade de Abaetetuba, em 1895.

Enquanto a cidade de Barcarena recebeu diversas estruturas e infraestruturas voltadas para o beneficiamento da bauxita, durante a execução do Projeto Grande Carajás, como portos, estradas e plantas industriais, e seus impactos socioeconômicos e espaciais. Nesta década, a construção de novas estruturas logísticas de apoio ao agronegócio passou a afetar também Abaetetuba - como o projeto de porto da Cargill na Ilha do Capim - que tem provocado diversas transformações no território, incluindo a degradação e ameaça ao território ocupado por formas nativas de apropriação da terra (Furtado, Oliveira Neto, 2019) estabilizadas por meio de Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) com a demarcação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A área insular também conta com setorização feita pela própria associação de moradores e a divisão por aspecto religioso através de Comunidades Eclesiais de Base (CEB), onde cada comunidade é representada por um santo(a) ou especificidade de cada religião (ver figura 1). O mosaico de projetos de assentamentos agroextrativistas e comunidades quilombolas e ribeirinhas (figura 1), estende-se por áreas rurais de várzea e terra firme e por áreas urbanas. São cerca de 7500 famílias em 72 ilhas, 20 projetos de assentamento agroextrativistas e 3 áreas quilombolas (IBGE, 2022). É comum que essas comunidades se diferenciem entre si através das igrejas (católicas ou evangélicas) ou por meio dos rios mais próximos.



Figura 1 – Mapas de localização do Município e Mapa de localização dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas em Abaetetuba.

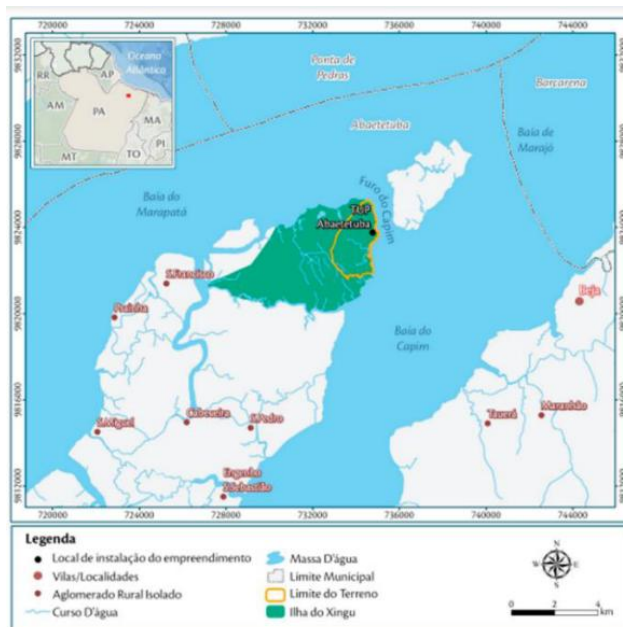


Fonte: Kamila Diniz Oliveira, 2022

O padrão de ocupação dessas áreas de várzea passou a sofrer grande pressão, por contaminação e por conversão de uso, ilustrando a disputa por terra entre dois usos diferentes: 1) os usos ligados às atividades de exportação, e 2) usos que dependem do manejo de rios e florestas, ligados ao modo de vida tradicional. “Abaetetuba” é um nome de origem tupi, e significa “lugar de homem ilustre”. Apesar da origem dos habitantes, não há reconhecimento oficial da identidade dos territórios o que ameaça a manutenção o modo de vida de seus habitantes. Nos documentos oficiais prevalece o aspecto econômico, com total desconsideração às espacialidades nativas.

A região de Abaetetuba tem sido impactada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, pela exploração de bauxita no complexo industrial Albrás/Alunorte, no município de Barcarena, e, mais recente, pela construção do terminal portuário de uso privado (TUP), da empresa Cargill (figura 2). Ocorreram contaminações no solo e nos rios e/ou conversão do uso da terra nos arredores dos empreendimentos, contexto agravado pelas mudanças climáticas.

Figura 2 – Mapa de localização do TUP Abaetetuba.



Fonte: Ambientare

#### 4 O PERIURBANO ESTENDIDO E SUA MANIFESTAÇÃO EM ABAETETUBA

A forma nativa de ocupação do território gera uma organização espacial própria, que corresponde a um urbanismo de baixa densidade, assumida como área de influência das cidades, e por isso chamada de periurbano estendido por Cardoso (2021). Essa espacialidade resistiu e ainda resiste, por meio de corredores verdes (matas) e azuis (rios) que conectam as comunidades entre si, com os rios e as florestas. Este periurbano estendido é o espaço de coexistências múltiplas, onde diferentes modos de vida, de produção e de apropriação do espaço ocupam a fronteira entre urbano e rural (Vicente, 2022).

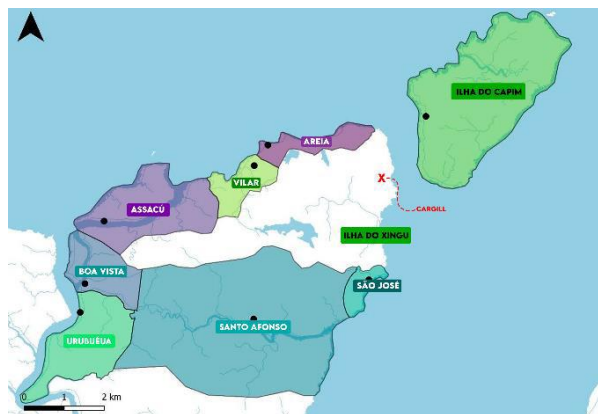
A dicotomia urbano-rural não é pertinente, mas há uma pressão para colocar todo o território a serviço dos interesses da lógica urbano industrial, na medida em que estruturas totalmente ligadas às cidades e a seus metabolismos (rodovias, portos, plantas industriais) extrapolam as cidades e se estabelecem por sobre as áreas representadas como vazias pelos interesses econômicos, criando um tecido urbano extensivo (MONTE-MÓR, 2019). A cidade não é o artefato mais importante do urbano amazônico (Cardoso, 2021), e tal entendimento é de grande importância para políticas públicas de base territorial,

e superação dos padrões europeus de urbanização e do entendimento estereotipado sobre quem vive nesse território.

A manifestação desse periurbano estendido está nas práticas tradicionais - ligadas ao modo de vida dos povos da floresta que coexistem com as atividades modernas; nas micro redes de fluxos que conectam tais comunidades; e nos conflitos territoriais enfrentados. Existe um fluxo econômico de pequena escala, quando comparado com as atividades capitalistas - de subsistência e movimento de pessoas ligado à interdependência secular dos povos com o rio e a floresta.

O mapa da microrregião (figura 3) identifica as comunidades estudadas na Ilha do Xingu: Areia, Vilar, Assacú, Boa Vista, Urubuêua, Santo Afonso e São José, que se conectam e interagem de diversas maneiras; localiza a área de ameaça ao território ribeirinho e quilombola, em decorrência da construção do terminal portuário de uso privado (TUP) para ajudar na logística de transporte do porto da Vila do Conde, em Barcarena. No furo da Ilha do Capim, em Abaeté (ver figura 5), ficará o estacionamento de balsas administrado pelo grupo Cargill. O terminal afeta as 72 ilhas de Abaeté e os 24 projetos agroextrativistas (PAEs); dentre os impactos, estão a contaminação do solo e dos rios, a estorva da reprodução dos peixes na região e a conversão do uso da terra. A empresa já atua em Santarém sem licença ambiental e tem violado direitos humanos no Tapajós como um todo (<https://semlicencaparacargill.org.br>).

Figura 3 – Macro: Identificação das comunidades das Ilhas do Xingu e do Capim e ameaças.



Fonte: Kamila Diniz Oliveira, 2024 – adaptado pela autora

## 5 AS MICRORREDES DE RESISTÊNCIA NAS ILHAS DO XINGU E DO CAPIM EM ABAETETUBA (PA)

Na primeira atividade de campo, a equipe retornou à comunidade do PAE Santo Afonso (Ilha do Xingu), que já vem sendo estudada pelo GP Urbana desde 2022. O cotidiano da comunidade foi registrado a partir de conversas em campo, entrevistas e cartografias lideradas por Kamila Oliveira e por Giselle Pinho.

A primeira pergunta feita para os participantes foi "onde você mora?", respondida pelos participantes por meio de desenhos livres e explicações sobre o entendimento sobre casa, moradia e lar, como a resposta de uma das moradoras da comunidade Perpétuo Socorro: "Quando eu penso em casa, eu logo lembro do rio". Os desenhos, em sua maioria, destacavam a casa, o rio, muitas árvores, principalmente açaizeiro, peixes, caminhos até a mata e a roça, trapiches (figura 4). A partir da atividade, ficou evidente a importância da natureza ao redor da casa, do rio que está sempre em frente, emoldurado pelas janelas, das frutas, das safras, da vizinhança que também é família, do habitar no tempo da natureza. De fato, o rio é casa, caminho, subsistência, meio (de transporte), lazer, perigo e salvação.

Figura 4 – Colagem “Onde Você Mora?” – Cartografia social na Ilha do Xingu; Mãos descobrindo o Rio Assacú; e o Rio do Cotidiano (fotos: Fernanda Santos, 2023).



Fonte: Elaboração própria, 2024.

A segunda dinâmica proposta para a comunidade foi a cartografia social, que consistiu na identificação, em um grande mapa da Ilha do Xingu, dos pontos importantes

para os moradores. Os participantes da oficina construíram juntos a representação dos pontos de grande referência para a comunidade; foram identificados os bares e outros pontos comerciais, sedes de associações, barracões, igrejas, postos de saúde, escola, campos de futebol ou arenas. A foto das mãos, na figura 4, ilustra o momento de encontro e conversa entre os moradores, onde eles compartilharam a descrição e o entendimento do próprio território, da maneira que se organizam, se reconhecem e ocupam aquele espaço.

*“Não existe lugar mais importante, o mapa inteiro importa”*, essa frase se destacou durante a segunda parte da cartografia social. Surgiu de um dos moradores, depois da explicação da dinâmica da cartografia (indicação dos pontos importantes para a comunidade dentro daquela localidade, sejam eles de saúde, educação, lazer). Tudo o que foi visto em campo era importante. Desde o menor peixe no rio até a árvore secular no meio da floresta. Aquelas pessoas, vivendo da maneira que vivem, percebem que tudo se interliga, de algum modo. Eles sabem o quão importante é estar, na medida do possível, em equilíbrio com o meio. *“Não se mergulha no rio esse horário, em respeito à mãe natureza”*, uma moradora alertou. Eles compreendem o quão perigoso pode ser o “desenvolvimento” que tentam pregar na localidade. Com a camisa estampada com uma frase contra as ameaças que assolam as comunidades das ilhas, os moradores lutam por sua sobrevivência. Quem são esses que se instalam ali, pensando que é um vazio a ser explorado? Como que o “desenvolvimento” é bom, se mata os peixes, some com os camarões, dá coceira e outros problemas de pele nas crianças, contamina a água e deixa desordenada a safra do açaí, que é tão esperada nas comunidades? *“Nosso lugar é uma maravilha! Não tem indústria, mas a gente não passa fome”*, disse outra moradora.

Dessa mesma forma, também foi possível elaborar um quadro com a descrição do cotidiano dos moradores do Rio Xingu, destacando as atividades e os locais em que cada atividade acontece, além dos possíveis produtos obtidos. O primeiro é o rio, território de grande importância, extremamente defendido, ele pode ser caminho, meio de locomoção, trabalho, lazer, sustento e subsistência (camarão e peixe são os principais produtos advindos dos rios). Na casa, é possível observar a criação de animais domésticos, produção do açaí no jirau, produção e venda de produtos diversos, como alimentos perecíveis, artigos de limpeza e variados utensílios domésticos, produção de matapi e outros produtos

artesanais. No quintal, definido aqui como toda a área que circunda a casa, é comum a criação de animais para consumo – porco, galinha, pato -, cultivo de horta, plantas medicinais e árvores frutíferas. Na mata, espaço mais distante, está a maior concentração de árvores frutíferas, das quais são retirados açaí, manga, cacau, cupuaçu, bacuri, bacaba, entre outras frutas importantes para a subsistência dessas famílias. Nos espaços de terra firme, alguns moradores fazem roça, com grande destaque para o cultivo da mandioca e a posterior obtenção de seus derivados, como a farinha d'água, farinha de tapioca, tucupi, goma maniva, etc. Os espaços não têm limitação definida com muros ou cercas, os moradores se entendem e possuem outras maneiras de perceber o espaço (ver síntese no quadro 1). A divisão pode ser delimitada por árvores, arbustos, igarapés, troncos, ou sem delimitação definida. O cotidiano, em certa medida, é sazonal e depende da safra das frutas e da época de reprodução dos peixes. A pesca costuma acontecer o ano inteiro, com uma pausa no período do defeso (proteção da época de reprodução e desova dos peixes, que corresponde também a safra do açaí). Os produtos são, principalmente, para subsistência das famílias, e o excedente é doado para outras pessoas das comunidades ou vendido nos arredores, em Abaetetuba ou no município de Belém. A renda dessas famílias vem, portanto, da roça, da pesca, do extrativismo e de complementos com bolsa família, seguro defeso e outros programas assistencialistas.

Observa-se o padrão de ocupação rio-mata-roça-quintal proposto por Loureiro (2014), autora que destaca a importância dos rios na distribuição dos assentamentos humanos na Amazônia. As moradias são ligadas entre si e com os rios através de trapiches e pontes. Gonçalves (2005) também propôs o sistema rio-várzea-floresta, que interliga rio, terra e mata e possui raízes anteriores à colonização. A figura 5 ilustra a forte ligação entre morador e natureza, na micro escala. Espaço de moradia, local de trabalho e de lazer são sobrepostos, e as atividades realizadas no rio, casa, quintal e mata são parte da reprodução social adaptada do cotidiano.

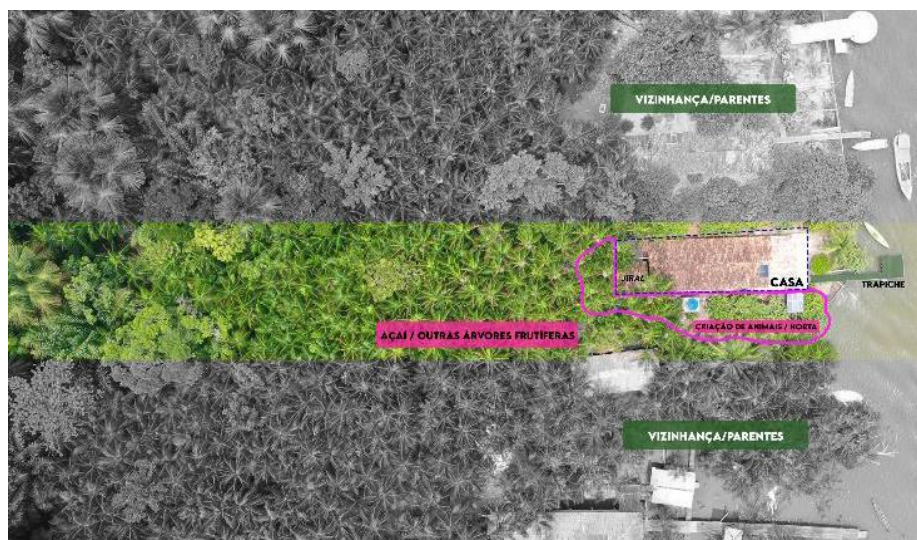


Quadro 1 - Síntese da organização espacial do cotidiano



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Figura 5 - Relação Micro: Morador-Natureza.



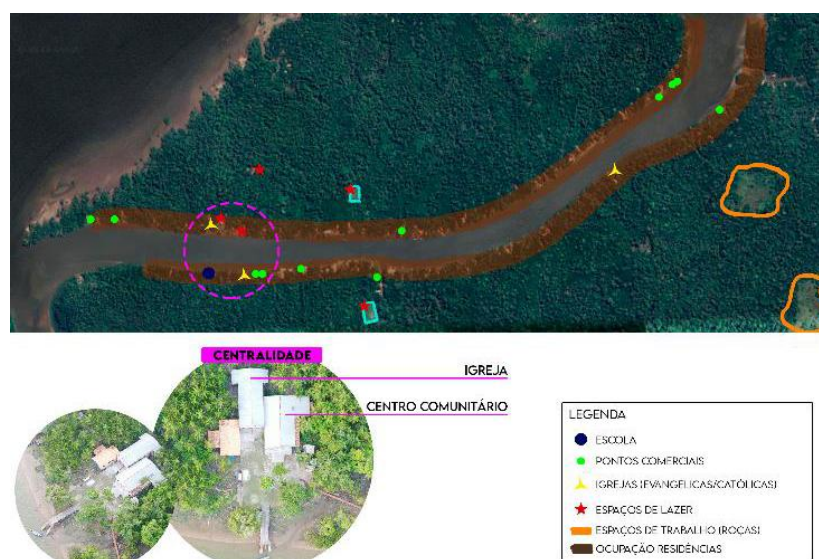
Fonte: elaboração própria, 2024

Outro aspecto é a distribuição linear das casas e outras construções ao longo das margens dos rios, como ocorre na beira do rio Assacú (figura 6). A comunidade possui escola, igrejas, pontos comerciais, espaços de trabalho, de lazer – bares, sedes e campos de futebol -, igrejas, escolas. Sua centralidade abriga uma igreja, o centro comunitário e o



barracão. Existe uma rede que se forma nessa escala, a partir da locomoção das pessoas que atravessam o rio de uma beira para a outra, ou para outras comunidades, por motivos de lazer, educação, trabalho, etc.

Figura 6 – Quadro Comunidade do Rio Assacú – distribuição linear na margem do rio e centralidade.



Fonte: elaboração própria, 2024.

Esse padrão conta com algumas variações nas diversas comunidades pesquisadas, mas a ocupação da beira de rio é constante, com presença de trapiches e pontes. A figura 7 apresenta a “Comunidade Santo Afonso”, onde o centro da comunidade reúne escola, sede, barracão, igreja, posto de saúde, campo de futebol, além de ser ponto de encontro para pessoas da comunidade e de outras localidades, que vão até o local para estudo, trabalho, atendimento médico, ou para frequentar as festividades, campeonatos de futebol e reuniões sociais, com regularidade variada. São centralidades que polarizam pessoas inclusive de outras comunidades. Os moradores circulam em busca de serviços nos centros de comunidade, e em alguns deles há mais equipamentos ou maior capacidade de atendimento do que em outros. Foi possível mapear também a extensão percorrida no cotidiano dos moradores, usuários dessa centralidade, em percursos que envolvem o rio, a casa, os caminhos para chegar até o espaço de trabalho, roça e mata.

Figura 7 – Comunidade Santo Afonso – Rio Xingu.



Fonte: elaboração própria, 2024

A segunda atividade de campo, realizada entre os dias 20 a 22 de março de 2024, permitiu coleta de informações adicionais sobre a comunidade das Ilhas do Capim (PAE Santo Antônio II) e do Xingu (PAE Santo Afonso). Foi possível acompanhar o “Grito das Águas”, encontro em que as comunidades ribeirinhas e quilombolas se reúnem para reivindicar seus direitos e protestar contra as ameaças instaladas na ilha e os impactos ambientais – tais como a contaminação do solo e dos recursos hídricos - que prejudicam o bem viver dessas comunidades.

A pesquisa de campo também possibilitou o reconhecimento e compreensão da microrrede de relações entre as comunidades, e delas com e a sede do município de Abaetetuba. As conexões dessa rede justificam-se pela procura de educação, religião, lazer, saúde e interações de luta, resistência e de cuidado com o próprio território. A figuras 8 ilustra o cuidado do morador com a natureza, e os produtos para venda que circulam na rede que interliga as comunidades.

Figura 8 – Preservação ambiental na comunidade Santo Afonso e frutas vendidas em barco no Rio Assacu - Abaetetuba, PA



Fotos: Fernanda Santos, 2023.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades analisadas na pesquisa – situadas nas Ilhas do Xingu e do Capim – demonstram que, embora não reconhecido pelas narrativas de urbanização hegemônicas, produzidas a partir de realidades industriais e com grande demanda por recursos (água, energia, insumos, alimentos), existem padrões de ocupação nativos como uma espécie de urbanismo adaptado à vida e produção na e a partir da floresta. Nenhum espaço é desarticulado das ações do cotidiano, não fazendo sentido manter dicotomias. Na atualidade, o urbanismo nativo é praticado fora das cidades e se conecta com elas pelos mercados, de modo a ser interpretado como um tipo de espaço periurbano, que precisa ser reconhecido e regulamentado de modo a reduzir impactos socioambientais de atividades econômicas que ainda pressupõem a colonização como única alternativa. Essa invisibilidade também demonstra assimetrias de poder político e econômico, entre nativos e agentes ligados ao processo de exportação de commodities.

A articulação entre rios, vilas e cidades, roça e floresta resiste há séculos nos processos de produção e reprodução da vida na região. Existe um periurbano, fruto de uma ocupação secular, ligado por redes de interações e serviços, entre corredores verdes e azuis que conectam as comunidades entre si, com os rios e as florestas. Uma comunidade desestruturada afeta a realidade de várias outras comunidades, nas dinâmicas de saúde, educação, lazer e resistência. Em uma América Latina tomada por tantas solidões, valorizar as redes que unem e reforçam a manutenção e proteção desse urbano amazônico é proteger o próprio bioma.

A troca de conhecimentos com os habitantes - que se reconhecem dentro de seu território e se unem frente às ameaças territoriais existentes - mostrou a importância de um mapa inteiro, da definição do rio como casa, dos caminhos, extremamente respeitados, que levam ao local de moradia, de trabalho e de lazer. Essa totalidade é destacada na figura 9, colagem que expressa as vivências da pesquisa.

Estas comunidades oferecem elementos valiosos para a proposição de parâmetros urbanísticos e políticas territoriais para ocupação de várzea, alinhados à necessidade global de preservação do bioma. O reconhecimento dos padrões nativos de ocupação como um urbanismo que atende a complexidade dos municípios amazônicos oferece contribuições para: o enfrentamento da crise climática, a regeneração da floresta e a melhoria de condições de vida para todos os seres que se interligam nessas redes de resistência. Para falar de Amazônia, é preciso conhecer e reconhecer a Amazônia.

Figura 9 - Colagem digital AbaeteTUBA.



Fonte: Fernanda Santos, 2024



<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-7>



## 7 REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. **A urbe amazônida**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018.

CARDOSO, Ana Claudia. A Trama dos Povos da Floresta: Amazônia para além do verde. **Revista da UFMG**. V 28, n 3, p. 57-87, 2021b.

CARDOSO, Ana Cláudia. Que contribuições virão da Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 36-53, 2021a.

CARDOSO, Ana Cláudia.; OLIVEIRA, Kamila.; GOMES, Taynara. Mismatches between extended urbanization and everyday socioenvironmental conflicts in Santarém, Pará, Brazil. Sustainability in **Debate**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, 2020, p. 83-97, 2020.

CARDOSO, Ana Cláudia; FERNANDES, Danilo; BASTOS, Ana Paula ; SOUSA, C. A. Metrópole Belém e sua centralidade na Amazônia Oriental Brasileira. **EURE-Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, v. 41, p. 201-223, 2015.

CARDOSO, Ana Cláudia et al. Cinturas periféricas na periferia do capitalismo: os casos de Belém e Manaus. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 11, n. 1, 2023.

CHEIN, Flávia; PROCÓPIO, Igor. **As Cidades na Amazônia Legal: Diagnóstico, Desafios e oportunidades para Urbanização Sustentável**. Juiz de Fora: Amazônia2030, 2022.

CORREA, Roberto. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **RGB**, v 50, n1, p. 61-84, 1988. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1988\\_v50\\_n1.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n1.pdf), acesso em 16/05/2023.

DAS ALDEIAS WAJAPI, Conselho et al. **Wajãpi rena: roças, pátios e casas**. 2002.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. LIMONAD, Ester. Etc espaço, tempo e crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, v. 1., 2019.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra. Planejamento em áreas de transição rural-urbana: velhas novidades em novos territórios. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 1, p. 25-25, 2009.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-7>



FERREIRA, Gessivaldo de Jesus da Silva et al. **Impactos socioambientais de grandes projetos e organizações comunitárias na Amazônia: o caso do porto da Cargill na Ilha do Capim**, Abaetetuba-PA. 2020.

FURTADO, Julia; OLIVEIRA NETO, Adolfo. Territorialidade Ribeirinha na Ilha do Capim em Abaetetuba-PA: Instrumento de Reivindicação e Direito ao Território. **Anais do XIII Enanpege**. São Paulo: Anpege, 2019. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Adolfo-Oliveira-Neto-2/publication/342919732\\_TERRITORIALIDADE\\_RIBEIRINHA\\_NA\\_ILHA\\_DO\\_CAPIM\\_EM\\_A\\_BAETETUBA-PA\\_INSTRUMENTO\\_DE\\_REIVINDICACAO\\_E\\_DIREITO\\_AO\\_TERRITORIO/links/5f0d9ff892851c7eacad23b0/TERRITORIALIDADE-RIBEIRINHA-NA-ILHA-DO-CAPIM-EM-ABAETETUBA-PA-INSTRUMENTO-DE-REIVINDICACAO-E-DIREITO-AO-TERRITORIO.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Adolfo-Oliveira-Neto-2/publication/342919732_TERRITORIALIDADE_RIBEIRINHA_NA_ILHA_DO_CAPIM_EM_A_BAETETUBA-PA_INSTRUMENTO_DE_REIVINDICACAO_E_DIREITO_AO_TERRITORIO/links/5f0d9ff892851c7eacad23b0/TERRITORIALIDADE-RIBEIRINHA-NA-ILHA-DO-CAPIM-EM-ABAETETUBA-PA-INSTRUMENTO-DE-REIVINDICACAO-E-DIREITO-AO-TERRITORIO.pdf), acesso em 16/05/2023.

MÁRQUEZ, Gabriel García. A solidão da América Latina. **Revista do Imea**, v. 2, n. 1, p. 12-14, 2014.

GONÇALVES, Osmana Dias; RODRIGUES, Jondison Cardoso; SOBREIRO FILHO, José. Marés das rebeldias em Abaetetuba: dos rios da existência à resistência dos territórios na Amazônia paraense, Baixo Tocantins. **Revista Tamoios**, v. 15, n. 1, 2019.

IPCC. **Climate change 2023: Synthesis report. A report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC, 2023.

LEWIN, K. **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia colônia do Brasil**. Editora Valer, 2022.

MIRANDA, T. B. **A Ilusão da Igualdade: Natureza, justiça ambiental e racismo em Belém**. Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

**Noroeste amazônico: rede social indígena demarca tempos, espaços e sentidos nas origens do Brasil**. Disponível em: <<https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br/arquivos/noticias/noroeste-amazonico-rede-social-indigena-demarca-tempos-espacos-e-sentidos-nas-origens-do-brasil>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

<https://doi.org/10.20873/uft.am.2594-7494.dossie.pnum.mar2025-7>



OLIVEIRA, Kamila Diniz et al. **Entre a várzea e terra firme: estudo de espaços de assentamentos tradicionais urbanos rurais na região do Baixo Tocantins**. 2020.

PINHO, C. M. D. Análise das redes de localidades ribeirinhas Amazônicas no tecido urbano estendido: uma contribuição metodológica. 2013. Tese de Doutorado. Tese (Mestrado), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2012.(sid. inpe. br/mtc-m19/2012/04.19. 04.13-TDI). Disponível em:< <http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3BNMFS8>>. Acesso em: 04 jul.

PRESSIONE A CARGILL. | **Sem licença para destruição**. Disponível em: <<https://semlicencaparacargill.org.br>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TAVARES, Ana Carolina de Miranda; CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Ciclos de remoções em Belém (PA): a Bacia do Tucunduba e a reprodução da precariedade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, p. e202305pt, 2023.

TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes. **Energias renováveis no Nordeste do Brasil e as relações com a adaptação às mudanças climáticas**. 2023.

URBANISMOS TROPICAIS. Disponível em: <<https://piseagrama.org/artigos/urbanismos-tropicais/>>.

VICENTE, Letícia Ribeiro. **O espaço periurbano de Belém (PA) entre transformações, resistências e re-existências**. 2022.

---

Todas as autoras declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

---

**Recebido em:** 14/02/2025 | **Revisado em:** 16/02/2025 | **Aceito em:** 04/03/2025